

Entre passos e sentidos: envelhecimento de pessoas idosas em situação de rua

*Matheus de Oliveira Barros
Camilla Martins Albuquerque
Ludimila de Oliveira Barros*

Introdução

De acordo com a Política Nacional para a População em Situação de Rua, consolidada pelo Decreto 7053/2009 (Brasil, 2009), entende-se como pessoa em situação de rua um “grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza extrema, a ausência de moradia convencional regular e que utiliza os logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e sustento”. Nessa mesma linha, a Resolução nº 40 do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (Brasil, 2020) reforça o direito à cidade como uma premissa legal a ser garantida à população de rua, destacando sua heterogeneidade. Além disso, a resolução estabelece que as pessoas idosas em situação de rua devem ter os mesmos direitos garantidos.

No cenário dessa população, podemos identificar elementos fundamentais para sua análise. Em primeiro lugar, seu caráter urbano é um fator constitutivo dessas existências. O perfil predominante dessa população é composto por homens negros, auto identificados como pretos e pardos, em idade economicamente ativa de 30 a 49 anos (Brasil, 2023). De forma geral, as estimativas indicam que mais de 200 mil pessoas vivem nessa condição (IPEA, 2023), apontando para um crescimento significativo desse público, correlacionado tanto ao aumento das desigualdades sociais quanto à crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19 (Brasil, 2023).

Em uma perspectiva macrossociológica, identificamos que, a partir dos 60 anos, essa população representa 10,05% do total de pessoas em situação de rua, segundo dados do Observatório da População de Rua da Universidade Federal de Minas Gerais (Dias, 2021). No Estado de Sergipe, lócus desta pesquisa, encontramos um contingente de 1.146 pessoas em situação de rua, com a maior parte concentrada na capital, Aracaju.

Em relação aos dados específicos de Aracaju, o Observatório da População de Rua aponta que há 656 pessoas em situação de rua na capital, das quais 6,55% têm 60 anos ou mais. Dados recentes, produzidos pelo Censo Municipal

realizado em Aracaju, indicam um número semelhante, com aproximadamente 624 pessoas vivendo nessa condição¹.

No entanto, embora esses dados existam, é importante ressaltar que a produção acadêmica e os indicadores sociais que articulam a situação de rua e as questões etárias ainda são escassos no Brasil, como observa Mattos (2016). Isso evidencia a necessidade de estudos que abordem de forma interseccional as questões relacionadas ao processo de envelhecimento de pessoas em situação de rua.

O envelhecimento da população brasileira, de maneira geral, é uma das características censitárias mais marcantes de nosso tempo. Segundo o censo nacional mais recente, nos últimos 12 anos a população com mais de 60 anos aumentou 57,4%, passando a representar 10,09% da população total (IBGE, 2023).

Nesse panorama, o debate gerontológico ganha cada vez mais relevância nos espaços de produção de conhecimento, ao elucidar questões que atravessam condicionalidades sociais, psicológicas, econômicas e culturais. Por esse viés, o marcador etário assume centralidade crescente nas discussões, impondo o desafio de repensar, viver e transformar a sociedade para um mundo que se estrutura por vivências marcadas pela “cultura do envelhecimento”.

Conforme a legislação brasileira, é considerada idosa a pessoa com 60 anos ou mais (Brasil, 2003). Todavia, a simplicidade dessa definição não abarca a complexidade dessas existências. Pensar o envelhecimento, para além das questões inerentes ao desenvolvimento humano, tornou-se cada vez mais necessário, pois conflitos etários, a estigmatização do “ser velho/a” e as perspectivas ideológicas que afetam essas existências são dimensões presentes nesse processo.

Além disso, outro aspecto relevante no debate diz respeito ao modelo econômico. Considerando o sistema produtivo e previdenciário brasileiro, o envelhecimento populacional apresenta-se como um desafio a ser enfrentado pelas gerações futuras. Fatores como rearranjos familiares, seguridade jurídica na esfera política e modelos de sociabilidade pautados no respeito e dignidade das pessoas idosas constituem desafios que precisam ser considerados ao abordar essa temática.

Diante desse cenário, este texto tem por objetivo compreender duas condicionalidades marcadas por processos de subjugação, precariedade e fragilidade: 1) as pessoas em situação de rua e 2) o envelhecimento de indivíduos nessa condição. Para isso, utilizamos como substrato empírico os indicativos da pesquisa “Os sentidos do envelhecimento de pessoas idosas em situação de rua em Aracaju -SE”.

As pessoas idosas em situação de rua cristalizam marcadores relevantes para a compreensão de nosso tempo, tornando essa perspectiva um campo investigativo profícuo. Quais são os desafios enfrentados por essa população na reprodução de suas existências? Quais sentidos essas pessoas atribuem ao

¹ <https://www.quevemdasruas.com/post/624-pessoas-dormem-em-pra%C3%A7as-e-cal%C3%A7adas-na-capital-de-sergipe>

envelhecimento estando em situação de rua? Levando em consideração as condições inerentes ao processo de envelhecimento, como são construídas as estratégias de sobrevivência da pessoa idosa no contexto de rua?

Certamente, como aponta a literatura especializada e os dados aqui apresentados, temos consciência da heterogeneidade que constitui a população de rua, mesmo quando a pesquisa é direcionada às pessoas idosas. Isso significa que marcadores como raça, gênero e sexualidade compõem o horizonte existencial dos sujeitos investigados. Destacar esses aspectos tem como premissa indicar que a produção dos sentidos atribuídos ao envelhecimento está correlacionada a estruturantes sociais específicos, mesmo se tratando de um público caracterizado pela precariedade.

Particularidades do envelhecimento nas ruas

O aumento da população idosa em situação de rua no Brasil tem ocorrido de forma alarmante nos últimos anos. Em dezembro de 2023, o Cadastro Único registrou 261 mil pessoas nessa condição, das quais 23.693 têm mais de 60 anos. Esse crescimento significativo revela a complexidade dos fatores que agravam a vulnerabilidade desse grupo, incluindo o rompimento de laços familiares, dificuldades econômicas e problemas de saúde física e mental.

De acordo com o Relatório sobre Saúde Mental da População de Rua, produzido pelo Observatório das Políticas Públicas da UFMG (Dias, 2021), um dos fatores mais críticos que contribuem para a situação de rua entre idosos é a desvinculação familiar. A ruptura desses laços em momentos cruciais pode resultar na perda de suporte emocional e financeiro, deixando muitos idosos desprotegidos. Esse fenômeno é especialmente preocupante, considerando que, tradicionalmente, as famílias desempenham um papel central no cuidado aos mais velhos. No entanto, em situações de crise, como a perda de um cônjuge ou a aposentadoria, a ausência de suporte familiar pode empurrar idosos já em dificuldades econômicas para as ruas.

Além disso, o relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre as Condições de Saúde da População de Rua (2020) ressalta que o aumento dos custos pessoais, especialmente relacionados à saúde e medicamentos, agrava ainda mais a situação. Muitos idosos dependem de medicamentos caros para tratar doenças crônicas, mas sem uma fonte de renda estável, são incapazes de arcar com esses custos, levando à perda gradual da saúde e, por fim, da moradia.

A saúde mental desempenha um papel central nesse cenário, segundo os Dados sobre Saúde e Envelhecimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023). Transtornos como depressão e ansiedade são comuns entre essa população, agravados pelo isolamento e pela falta de redes de apoio. Esses problemas de saúde mental não apenas contribuem para que os idosos acabem nas ruas, mas também são exacerbados pelas condições adversas da vida urbana, gerando um ciclo de deterioração física e psicológica.

As doenças crônicas associadas ao envelhecimento, segundo o estudo da Fundação João Pinheiro (FJP) sobre Condições de Saúde da População Idosa

em Situação de Rua, são amplificadas pela falta de cuidados médicos adequados. Hipertensão e insuficiência cardíaca são especialmente prevalentes entre os idosos em situação de rua, devido ao estresse contínuo e à carência de atendimento. Doenças como diabetes tipo 2 muitas vezes não são diagnosticadas ou são mal controladas, o que piora o estado de saúde desses indivíduos. Além disso, a exposição contínua a ambientes insalubres contribui para a alta incidência de doenças respiratórias e infecções de pele.

Entretanto, o desafio vai além do tratamento dessas enfermidades. Como destaca a socióloga Natalia Negretti (2024), há uma lacuna significativa nas políticas públicas voltadas especificamente para a população idosa em situação de rua. A responsabilidade pela oferta de serviços e cuidados adequados recai predominantemente sobre os municípios, o que resulta em grandes disparidades tanto na qualidade quanto no acesso a esses serviços. Isso é agravado pelas limitações enfrentadas pelo poder executivo na implementação e desenvolvimento de políticas públicas direcionadas a esse grupo.

As demandas específicas dos idosos em situação de rua incluem cuidados de saúde adequados, tanto para o tratamento de doenças crônicas quanto para o fornecimento de medicamentos essenciais. Além disso, os serviços de saúde mental são fundamentais para tratar transtornos como depressão e ansiedade, comuns nessa população. A adaptação dos abrigos e demais serviços institucionais para atender às necessidades dos idosos é igualmente crucial, especialmente diante de suas limitações físicas e de mobilidade.

A pesquisa "Os Sentidos de Envelhecimento de Pessoas Idosas em Situação de Rua em Aracaju – SE" destaca que a vida nas ruas acelera o processo de envelhecimento, intensificando a busca por instituições capazes de oferecer cuidados adequados. A necessidade de reconfiguração da mobilidade surge como um aspecto central, uma vez que a capacidade de deslocamento é essencial para a sobrevivência e adaptação ao ambiente urbano.

Diante dessa complexa realidade, torna-se evidente a urgência de políticas públicas que considerem as especificidades da população idosa em situação de rua. A adequação dos serviços, o desenvolvimento de programas de saúde específicos e a criação de redes de apoio social são medidas fundamentais para mitigar o impacto da vida nas ruas sobre o envelhecimento, garantindo uma existência mais digna e saudável a esses idosos.

Sentidos do envelhecimento, ensaiando categorias

Para além dos fatores que estruturam a vida das pessoas idosas em situação de rua e da evidente necessidade de reformulação e implantação de ações específicas voltadas para esse público, é fundamental compreender os modos de vida que emergem dessa condição e os processos de subjetivação que enfrentam essa realidade.

Foi com esse propósito que nos questionamos: quais são os sentidos atribuídos ao envelhecimento nessas condições? A abordagem adotada considerou a produção de significados relacionados ao envelhecimento, com o objetivo de compreender essa construção por parte das pessoas idosas em situação de rua

no município de Aracaju, Sergipe. Reconhece-se amplamente que o envelhecimento da população brasileira, de maneira geral, constitui uma das características mais marcantes do cenário censitário atual. Nesse contexto, o debate gerontológico vem ganhando relevância nos espaços de produção de conhecimento, ao elucidar questões que atravessam condicionalidades sociais, psicológicas, econômicas e culturais. Nesse sentido, o marcador etário assume cada vez mais centralidade nos debates, impondo às relações sociais o desafio de pensar, viver e transformar a sociedade para um mundo que se organiza em torno das vivências marcadas pela "cultura do envelhecimento".

Os caminhos analíticos adotados, por meio de uma abordagem etnográfica voltada à avaliação institucional, permitiram uma compreensão mais profunda do papel dos equipamentos no suporte às pessoas idosas em situação de rua. O diálogo estabelecido com essas pessoas possibilitou identificar pontos focais de subjetivação e a produção de significados relacionados ao envelhecimento, construídos pelas pessoas idosas em meio à sua vida cotidiana.

Esse processo, além de evidenciar táticas de sobrevivência e culturas urbanas específicas (Certeau, 2014), revelou narrativas pessoais profundamente entrelaçadas em duas categorias centrais: mobilidade e saída das ruas. Embora esses constructos discursivos possam ser encontrados em outras camadas sociais e etárias, as particularidades que constituem esses modelos narrativos estão intrinsecamente ligadas às formas de vivenciar a vida na cidade, em conexão direta com os modos de reprodução da vida nas ruas.

Como destaca a literatura, a produção de trânsitos em situação de rua é essencial tanto para garantir modos de subsistência na cidade quanto para a construção de uma "identidade de rua" (Frangella, 2010). Estar em constante movimento, ou aquilo que Negretti (2024) denominou de "multisituacionalidade de rua", é uma condição fundamental não apenas para suprir as mais diversas necessidades básicas, mas também para forjar dinâmicas socioespaciais mais seguras, como é o caso da população de rua.

É importante destacar que o repertório de soluções para as necessidades materiais e simbólicas se constrói a partir da relação com o espaço urbano. Nesse sentido, uma espécie de cartografia social é elaborada, mapeando os locais da cidade onde é possível atender a essas demandas. Esse processo se espalha por grande parte do tecido urbano, gerando movimentos específicos. Além disso, é preciso considerar que as pessoas em situação de rua estão particularmente expostas a formas intensas de controle urbanístico, à violência policial e a práticas higienistas.

Todas essas questões se somam a uma economia institucional comumente utilizada por essa população. Abrigos, locais de filantropia, espaços de afeto, socialização e lazer compõem o "mapa urbano das ruas", configurando um sujeito que precisa estar em constante deslocamento para coexistir na cidade.

Expressões como "ficar de bobeira", "castelar" ou "ficar de kekê" – isto é, a produção de espacialidades rítmicas baseadas em fixações temporárias – exigem dos sobreviventes de rua uma expertise: "um olho aberto, outro fechado". Em suma, é necessário um aparato corporal e subjetivo que permita a construção de um "patrimônio de dispositivos" (Lahire, 2011), capaz de garantir condições mínimas para a reprodução de suas existências no contexto das ruas.

Nos diálogos com pessoas em situação de rua em Aracaju, a contraposição entre a necessidade de se movimentar e as condicionalidades decorrentes do processo de envelhecimento, frequentemente agravadas por enfermidades, surgiu como um ponto crucial para os idosos. As limitações na mobilidade, vinculadas tanto ao próprio envelhecimento quanto às questões somatizadas pela vida nas ruas, forçam essas pessoas a construir modelos de sobrevivência em que, muitas vezes, a principal estratégia recai sobre a intensificação da narrativa de "saída das ruas". Nesse contexto, essa narrativa se traduz, principalmente, em uma maior busca por ajuda institucional, especialmente em abrigos.

O paradigma de saída das ruas, tal como discutido por Barros (2021), refere-se a uma perspectiva predominante nas políticas públicas e nas intervenções sociais que enxerga a saída definitiva das ruas como a solução final para a população em situação de rua. Esse paradigma estabelece uma visão linear e normativa, baseada na ideia de que a reintegração dessas pessoas em moradias convencionais e sua inserção nos padrões sociais e econômicos estabelecidos deve ser o principal objetivo das ações governamentais e filantrópicas voltadas para esse público.

O paradigma de saída das ruas assume que o retorno à vida em uma residência fixa e ao convívio social normatizado é a única solução adequada para as pessoas em situação de rua. Embora essa perspectiva considere a violação de direitos dessa população, acaba por desconsiderar a complexidade das dinâmicas socioespaciais que compõem a vida cotidiana desses indivíduos e ignora as diferentes formas de construção de identidade que se estabelecem nesse contexto. O foco exclusivo na retirada das ruas simplifica as experiências de quem vive nesse espaço, tratando a rua apenas como um lugar transitório, que deve ser abandonado em favor de uma moradia estável.

Historicamente, a governamentalidade (Foucault, 2008) moderna tem operado sob a lógica de que viver nas ruas constitui um problema a ser erradicado. Esse modelo está profundamente enraizado em práticas filantrópicas e políticas públicas que visam "normalizar" as trajetórias das pessoas em situação de rua, promovendo sua reinserção em uma vida institucionalizada. Essa abordagem, no entanto, negligencia as diversas formas de existência e resistência construídas pelos indivíduos que habitam as ruas, que muitas vezes utilizam o espaço urbano como um local de sobrevivência e pertencimento.

O paradigma de saída das ruas não apenas orienta as políticas públicas, mas também afeta a subjetividade das pessoas em situação de rua, que muitas vezes internalizam a ideia de que sua existência só será valorizada quando conseguirem "sair das ruas". Tal visão impõe um padrão normativo de conduta, em que a permanência nas ruas é vista como um fracasso, e a reintegração ao modelo de moradia tradicional como o único caminho possível. Esse processo de subjetivação limita a capacidade de reconhecer as múltiplas formas de existência que surgem nas ruas e as dinâmicas específicas que emergem desse contexto.

É fundamental destacar que o paradigma de saída das ruas, enquanto produtor de modelos de subjetivação, colabora diretamente para a construção de

discursos e práticas por parte dos sujeitos. No caso específico das pessoas idosas em situação de rua, esse paradigma entrelaça-se com a questão da mobilidade, intensificando a busca por colaboração institucional. Dessa forma, é possível identificar o mecanismo que operacionaliza a intensificação do discurso de "saída das ruas", em que a mobilidade se articula com a procura por ajuda institucional, como abrigos e centros de acolhida.

É importante ressaltar que, com essa afirmação, não se pretende minimizar outros repertórios de motivações que influenciam as escolhas pessoais, nem questionar a necessidade de garantir os direitos dessas pessoas. No entanto, ao observar-se a intensificação da busca institucional e, sobretudo, os moldes de relação que se constroem a partir desse contato, torna-se evidente a existência de lacunas entre o discurso oficial e a prática efetiva. Essas lacunas revelam as tensões entre a retórica de saída das ruas e a realidade enfrentada pelas pessoas idosas no processo de busca por acolhimento.

Esse hiato também pode ser observado na forma como a população idosa em situação de rua é representada nas políticas públicas contemporâneas, conforme apontado por Negretti (2024). A pessoa idosa em situação de rua torna-se, simultaneamente, objeto de assistência e controle. Segundo a autora, embora o fenômeno do envelhecimento nas ruas não seja novo, o tratamento dispensado a essa questão no contexto atual é distinto, especialmente no que se refere à articulação entre direitos humanos, gerontologia e práticas de governamentalidade.

Ademais, há uma relação complexa entre as políticas de assistência social e as de segurança pública, que posiciona a pessoa idosa em situação de rua como um sujeito específico, diferenciado dos demais grupos assistidos. Esse arranjo não apenas reflete os desejos institucionais, mas também gera um conjunto de fracassos e ineficácias que emerge desse modelo de gestão.

Considerações finais

A complexidade que envolve o envelhecimento de pessoas em situação de rua, evidencia a necessidade de uma abordagem interseccional e multidimensional de tais realidades. Demonstramos que, ao associar o envelhecimento às condições adversas da vida nas ruas, a vulnerabilidade desses indivíduos é amplificada, exigindo uma articulação mais eficiente entre diversas esferas da vida social.

O crescente número de idosos vivendo nas ruas, como apontado nos dados levantados, destaca a insuficiência das respostas institucionais voltadas para essa população, que frequentemente se vê limitada a soluções emergenciais e temporárias. Tais medidas, embora necessárias, não contemplam as especificidades do envelhecimento e as dinâmicas subjetivas que permeiam a vida nas ruas, como as questões de mobilidade reduzida e a busca por dignidade em espaços marcados pela exclusão. Considerar a mobilidade urbana e as subjetividades impactadas pelo paradigma de saída das ruas são prerequisites para uma melhor compreensão dos processos de envelhecimento no contexto de rua.

Referências

Brasil. Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Diário Oficial da União, Brasília, 24 dez. 2009.

Brasil. Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Resolução n. 40, de 8 de outubro de 2020. Estabelece diretrizes sobre o direito à cidade para a população em situação de rua. Diário Oficial da União, Brasília, 9 out. 2020.

Dias, André Luiz Freitas (org.). **Dados referentes ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil**. Belo Horizonte: Observatório Brasileiro de Políticas Públicas Com A População em Situação de Rua, 2021. 2 p. Disponível em: https://obpoprua.direito.ufmg.br/moradia_pop_rua.html.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores IBGE**: pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua primeiro trimestre de 2023. Brasília: Ibge, 2023

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Relatório sobre as Condições de Saúde da População de Rua. Brasília: IPEA, 2020.

IPEA. Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. **Estimativa Da População Em Situação De Rua No Brasil (2012-2022) N.103**: Estimativa Da População Em Situação De Rua No Brasil (2012-2022). 103 Ed. Brasília, 2023. 20 P. Disponível Em: https://Repositorio.Ipea.Gov.Br/Bitstream/11058/11604/4/Nt_103_Disoc_Estimativa_Da_Populacao.Pdf.

Certeau, M. de. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de Fazer. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Foucault, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Frangella, S. M. **Corpos errantes urbanos**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2010.

Lahire, B. **O espírito prático**. São Paulo: Vozes, 2011.

Mattos, C. M. Z. de, Grossi, P. K., Kaefer, C. T., & Terra, N. L. (2016). O envelhecimento das pessoas idosas que vivem em situação de rua na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil. **Revista Kairós Gerontologia**, 19(3), pp. 205-224. ISSN 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP

Negretti, Natalia, 1987- N312v *Veia arada: velhices e situações de rua, uma etnografia* / Natalia Negretti. – Campinas, SP: [s.n.], 2023.

Data de recebimento: 30/08/2024; Data de aceite: 30/08/2024.

Nota

O presente trabalho é produto do projeto de pesquisa “Os Sentidos de Envelhecimento de Pessoas Idosas em Situação de Rua em Aracaju-SE”, aprovado no 3º Edital Acadêmico Envelhecer com Futuro do Itaú Viver Mais em parceria com o Portal do Envelhecimento.

Matheus de Oliveira Barros – Cientista Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Pós-Graduado em Direitos Humanos e Contemporaneidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS – UFRB). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Integrante do Movimento Nacional População de Rua (MNPR – Núcleo Feira de Santana – BA e Aracaju – SE). Ganhador do Prêmio Troféu Maria Lúcia pelos serviços prestados à população em situação de rua. E-mail: mbprofissional@hotmail.com

Camilla Martins Albuquerque – Bacharela em Psicologia pela Universidade Tiradentes (UNIT) e Mestranda em Processos de Subjetivação e Política, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI/UFS). Com experiência no campo da Saúde Mental (Coordenação da Rede de Atenção Psicossocial do Município de Aracaju), População em Situação de Rua e manejo clínico voltado ao uso abusivo de Alcool e outras drogas.

Ludimila de Oliveira Barros – Licenciada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Mestre em Educação, Sociedade e Contemporaneidade, pelo programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UEFS).